



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Habeas Corpus Criminal nº 2376606-25.2024.8.26.0000 -
Campinas
Impetrante: Ana Clara Penteado Fischer
Paciente: Pedro Mariano Silva de Castro

Registro: 2025.0000009110

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2376606-25.2024.8.26.0000, da Comarca de Campinas, em que é paciente PEDRO MARIANO SILVA DE CASTRO e Impetrante ANA CLARA PENTEADO FISCHER.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores XAVIER DE SOUZA (Presidente) E GUILHERME G. STRENGER.

São Paulo, 10 de janeiro de 2025.

ALEXANDRE ALMEIDA

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Habeas Corpus Criminal nº 2376606-25.2024.8.26.0000 -
Campinas
Impetrante: Ana Clara Penteado Fischer
Paciente: Pedro Mariano Silva de Castro

VOTO Nº 31971

Habeas corpus – Unificação de penas – Sucedâneo de recurso de agravo, que não foi interposto pela Defesa – Ausência de ilegalidade manifesta – Inadmissibilidade – Ordem denegada.

Vistos.

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado pela advogada Dra. Ana Clara Fischer em favor de **PEDRO MARIANO SILVA DE CASTRO**, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito do DEECRIM – 4ª RAJ – Comarca de Campinas.

Alega, em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que foi determinada a unificação de penas, com a regressão ao regime fechado, somente em razão da reincidência penal.

Afinal, o montante total da pena unificada é inferior a 8 anos, tudo levando à concessão da ordem para que seja fixado o regime prisional mais brando.

Indeferida a medida liminar e dispensadas as informações (fls. 60/61), a d. Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo não conhecimento do *writ* e, se conhecido, pela sua denegação (fls. 67/69).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Habeas Corpus Criminal nº 2376606-25.2024.8.26.0000 -
Campinas
Impetrante: Ana Clara Penteado Fischer
Paciente: Pedro Mariano Silva de Castro

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **PEDRO MARIANO SILVA DE CASTRO**, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito do DEECRIM – 4ª RAJ – Comarca de Campinas.

E, na análise dos argumentos trazidos na impetração, a denegação da ordem é medida que se impõe.

Inicialmente, vale anotar que o *habeas corpus* não serve para a análise de decisão que determina a unificação de penas, de maneira que, só por isso, o pedido já não poderia ser conhecido.

Isso porque, contra as decisões do juízo das execuções, inclusive aquela que determina a unificação de penas, o recurso cabível é o de agravo (art. 197, da Lei de Execuções Penais), que não foi interposto pela Defesa, tanto que a decisão transitou em julgado.

Não é demais anotar, como argumento de reforço, que o novo procurador constituído pelo sentenciado durante a tramitação da execução penal, recebe os autos no estado em que se encontra e a simples discordância sobre os procedimentos adotados anteriormente, evidentemente, não é o bastante para justificar a nova análise da questão que, repita-se, já transitou em julgado.

De qualquer forma, pelo que se vê, o paciente já cumpria pena em regime fechado, quando sobreveio nova condenação definitiva – 1 ano de reclusão em regime aberto, relativamente ao processo nº 0014954-63.2024.8.26.0502 – ensejando a unificação das penas por cumprir impostas em todas as execuções, nos termos do art. 111 da Lei de Execução Penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Habeas Corpus Criminal nº 2376606-25.2024.8.26.0000 -
Campinas
Impetrante: Ana Clara Penteado Fischer
Paciente: Pedro Mariano Silva de Castro

Assim, diante da incompatibilidade de cumprimento da reprimenda imposta na última execução (regime aberto), era mesmo o caso de unificação de penas, com a manutenção do regime fechado já imposto ao sentenciado.

Bem por isso, inclusive porque não se verifica, no caso, manifesta ilegalidade a ponto de justificar o deferimento da ordem de ofício, tampouco violação a direito do paciente, de rigor a denegação do *habeas corpus*.

Diante do exposto, **DENEGA-SE A ORDEM.**

ALEXANDRE Carvalho e Silva de **ALMEIDA**
RELATOR